

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 157/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
157/2025	390004-COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	LUCAS DO NASCIMENTO LEDES DEMATTE	11/11/2025 15:36 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	47/2025	50000.010346/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

(Processo Administrativo nº 50000.010346/2025-51)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção de pisos, bem como remoção, fornecimento e descarte de material, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizado em Brasília – DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida	Quantid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.	5312	m²	8.000	55,00	440.000,00
02	Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, espessura até 120 mm.	5312	m²	8.000	145,00	1.160.000,00
03	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm. (Marca: Belgotex; Linha: Mineral/60; Referência: Stone - 101grey.)	5312	m²	7.000	60,00	420.000,00
04	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80mm. (Marca: Belgotex; Linha: Rocky; Referência: 311 - Sanzio.)	5312	m²	3.500	60,00	210.000,00
05	Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.	5312	m	600	112,00	67.200,00
06	Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.	5312	m²	2.000	250,00	500.000,00
07	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm. (Marca: Belgotex; Linha: Astral MB; Referência: cor a denifir.)	5312	m²	250	200,85	50.212,50
08	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo. (Marca: Belgotex; Linha: Astral; Referência: cor a definir.)	5312	m²	1.000	205,00	205.000,00

09	Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.	5312	m²	300	816,67	245.001,00
10	Serviço de impermeabilização de piso vinílico.	5312	m²	10.500	70,00	735.000,00
11	Serviço de confecção e instalação de capacho personalizado. (Referência: Kapazi; Linha: Cleankap.)	5312	m²	50	280,00	14.000,00
12	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm	5312	m²	500	380,00	190.000,00
Valor Total						4.236.413,50

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção comprometerá o desenvolvimento das atribuições institucionais do órgão, de maneira a causar sérios prejuízos à Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a metodologia de fiscalização a ser empregada, relatórios mensais sobre a qualidade do serviço.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Registra-se que este Termo de Referência não exige a classificação ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 56;
- IV) Classe/Grupo: 547 - SERVIÇOS DE ACABAMENTO E FINALIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 390004-47/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª edição, outubro/2024, item 24 Obras e Serviços de Engenharia, páginas 155 a 158, que classifica os produtos ou subprodutos florestais a serem executados, chromeextension://efaidnbmnnpbpcjpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf.

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I) (grifo nosso)

4.1.2. O guia trás a legislação aplicada, as principais determinações, as providências a serem tomadas e as precauções a serem adotadas para a execução dos serviços. Cumpre-se destacar, as providências a serem tomadas pela empresa:

NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.”

4.1.3. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.4. Em atenção ao Art. 6º, da referida Instrução Normativa, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.1.4.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4.2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.4.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.4.4. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para educação de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.4.5. Orientar seus empregados quanto à separação consciente do lixo, para reciclagem;

4.1.4.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.5. Além das ações descritas, a CONTRATADA deverá observar e aplicar todos os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação vigente, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e o alinhamento às normas e diretrizes de responsabilidade socioambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudos Técnico Preliminar:

4.2.1. Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm:

4.2.1.1. Marca: Belgotex; Linha: Mineral/60; Referência: Stone - 101grey, ou similar.

4.2.2. Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80mm:

4.2.2.1. Marca: Belgotex; Linha: Rocky; Referência: 311 - Sanzio, ou similar.

4.2.3. Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm:

4.2.3.1. Marca: Belgotex; Linha: Astral MB ou similar; Referência: cor a definir.

4.2.4. Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo:

4.2.4.1. Marca: Belgotex; Linha: Astral ou similar; Referência: cor a definir.

4.2.5. Serviço de confecção e instalação de capacho personalizado:

4.2.5.1. Referência: Kapazi; Linha: Cleankap ou similar.

Da exigência de amostra

4.3. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.1. Itens 3, 4, 7, 8, 9, 11 e 12.

4.5. As amostras poderão ser entregues no endereço: Edifício Anexo Oeste, térreo sala 06 do Bloco "R" na Esplanada dos Ministérios, no prazo limite de 05 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.6. A equipe técnica terá 10 (dez) dias úteis para avaliar as amostras, e verificar se seguiram os aspectos e padrões mínimos solicitados.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: qualidade do material, tamanho conforme solicitado.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.17.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.18. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.18.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionais.

4.18.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.18.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.18.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

- 4.18.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.19. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.20. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.21. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.22. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.22.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.23. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.23.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.23.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.23.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.24. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.25. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.26. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.27. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.28. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.28.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.28.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.29. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.29.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.29.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.30. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.31. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.32. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.33. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.34. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativo para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.35. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.36. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.36.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, na Coordenação de Infraestrutura/COGRL/SPOA/SE/MT, pelo telefone (61) 2029-7306/8424/8428 ou e-mail: coinf.cogrl@transportes.gov.br;

4.37. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.38. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o CONTRATADO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: após assinatura do contrato.

5.1.2. Para execução de cada serviço será emitida pela fiscalização a respectiva Ordem de Serviços, conforme modelo do apêndice deste Termo de Referência, que será encaminhada à Contratada por e-mail.

5.1.3. Os serviços solicitados deverão ser executados pela Contratada no prazo designado na Ordem de Serviços;

5.1.4. Na etapa de execução a Contratada deve seguir ao máximo o acondicionamento do material em uma área segura, a utilização de EPI se torna obrigatória, a retirada de resíduos e entulhos devem ser acondicionadas em um local que não atrapalhe as demais rotinas da unidade e sempre que possível o seu recolhimento. A instalação do novo produto deve ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato

5.1.5. Os funcionários da empresa a ser contratada deverão apresentar-se uniformizados e identificados;

5.1.6. Fornecer todas as ferramentas necessárias e adequadas para a correta execução dos serviços, bem como cumprir todos os procedimentos da NR-18 que sejam inerentes ao serviço contratado;

5.1.7. A Contratada deverá apresentar um cronograma de realização de serviços e prazos antes do início dos serviços para apreciação do Fiscal de Contrato;

5.1.8. Todos os serviços serão avaliados pela fiscalização, devendo, a empresa a ser contratada, executá-los de acordo com as recomendações deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços abaixo:

5.2.1. Edifício Sede, Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - Zona Cívico CEP: 70.044-902.

5.2.2. Edifício Anexo do Bloco "R", Anexo blocos A e B - Via N2 - CEP: 70.297-400.

5.2.3. Setor de Garagens Oficiais Norte, quadra 1 (SGON I) e Setor de Garagens Oficiais Norte, quadra 2 (SGON II).

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. De 2ª a 6ª feira, de 08:00 às 12:00 horas e de 13:00 às 18:00 horas. Eventualmente, poderão ser realizados aos sábados e domingos, bem como em períodos noturnos fora do horário de expediente, em virtude da necessidade do uso do espaço físico. Os dias para execução serão programados previamente e formalmente entre o responsável pela Unidade em que o serviço será executado, a fiscalização e a Contratada, por meio da Ordem de Serviços;

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. As solicitações serão feitas de acordo com as necessidades dos Órgãos, subsidiadas pelas especificações necessárias à execução dos serviços requeridos, tais como detalhamentos do local para aplicação e instalação, projetos contendo os layouts correspondentes aos espaços a modificar.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A empresa contratada deverá fornecer e possuir todos os equipamentos apropriados tanto para segurança individual quanto coletiva (EPI's e EPC's). Além disso, deverá apresentar as especificações dos materiais adquiridos à equipe de fiscalização, conforme cada item executado. É imprescindível que sejam observadas as Normas de Segurança aplicáveis aos profissionais, garantindo assim a segurança dos bens materiais, usuários e transeuntes;

5.5.2. Todos os equipamentos utilizados devem estar dentro do prazo de validade estabelecido;

5.5.3. A Contratada deverá apresentar, sempre que for solicitado pela Contratante, o Certificado de Aprovação de qualquer equipamento de proteção utilizados pelos funcionários designados para a execução dos serviços.

5.5.4. Todos os equipamentos, materiais e produtos deverão ser adequados às atividades desenvolvidas e de primeira qualidade;

5.5.5. A empresa deverá informar à fiscalização quanto as especificações e quais equipamentos e produtos serão utilizados na realização do serviço para cada área especificada.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A execução dos serviços será acompanhada pelo fiscal do Contrato, registrando todas as ocorrências, condições de execução, equipe da Contratada, dentre outros:

5.6.2. Para o recebimento de cada serviço, o fiscal irá utilizar o IMR (Instrumento de Medição de Resultados), conforme Apêndice deste Termo de Referência, para a avaliação do desempenho e qualidade dos serviços prestados;

5.6.3. Os serviços deverão ser executados conforme normas da ABNT pertinentes e Leis vigentes, bem como as regras de cada fabricante dos materiais, além das orientações da fiscalização;

5.6.4. A Contratada deverá manter todas as condições nas quais o Contrato foi assinado durante todo o seu período de execução, estando em dia com todas as suas obrigações, conforme disposto nesse Termo de Referência, sendo esse um dos critérios para a liberação do pagamento da fatura;

5.6.5. Caso necessário a Contratada quando solicitado deverá apresentar projeto com detalhamento, proporcionando melhor percepção na execução dos serviços.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2 Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual; e

7.4.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de conclusão de cada etapa.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista na acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/09/2025.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Custo de Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Excepcionalmente, poderá ser utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para não os itens não contemplados pelo INCC;

- Itens para serem reajustados pelo INCC: 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 12.
- Itens para serem reajustados pelo IPCA: 06 e 11.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.43. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.44. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,7% (zero vírgula sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2,0% (dois vírgula zero por cento) a 3,0% (três vírgula zero por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Apêndice do TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. valor global: **R\$ 4.236.413,50**

9.4.2. custos unitários relevantes:

- Item 1: R\$ 55,00
- Item 2: R\$ 145,00

- Item 3: R\$ 60,00
- Item 4: R\$ 60,00
- Item 5: R\$ 112,00
- Item 6: R\$ 250,00
- Item 7: R\$ 200,85
- Item 8: R\$ 205,00
- Item 9: R\$ 816,67
- Item 10: R\$ 70,00
- Item 11: R\$ 280,00
- Item 12: R\$ 380,00

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação.**

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.30. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da Administração Pública ou empresas públicas ou privadas, comprovando que a empresa tenha prestado serviço de fornecimento e instalação de pisos, com no mínimo 40% do quantitativo do total referente aos seguintes itens: 3, 4, 6, 8, 9 e 12 (40% para a cada item solicitado), conforme citados no subitem 1.1 desse Termo de Referência.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 4.236.413,50 (quatro milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais, e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 390004 - SPOA

II) Fonte de recursos: 2000 - Administração da Unidade

III) Programa de trabalho: 26.122.0032.2000.0001

IV) Elemento de despesa: 339039-16

V) Plano interno: 1000

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Brasília/DF, de de .

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Não se aplica.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. Não se aplica.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
 - 3.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 3.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

3.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

3.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

3.1.8.5. demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

3.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

3.1.10.1. A Administração terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

3.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.9. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 4.10. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimentos adequados;
- 4.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 4.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa prática, normas e legislação de regência;
- 4.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicas, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 4.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 4.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 4.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 4.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 4.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 4.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.38. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.40. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.43. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.44. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 4.45.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 4.45.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 4.45.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 4.45.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 4.45.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.45.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 4.45.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 4.45.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos

removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.46. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.46.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.46.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.47. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.48. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.49. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.50. A Contratada ficará responsável pela elaboração dos projetos executivos, quando couber. Os projetos devem abranger integralmente o objeto contratado, garantindo a completa caracterização e compreensão de todas as suas especificações técnicas, documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, devidamente compatibilizados, de modo a assegurar a correta execução e implantação, bem como a plena compreensão e aplicação das informações fornecidas nos trabalhos.

4.50.1. A elaboração dos projetos executivos deverá basear-se nas soluções desenvolvidas nos anteprojetos, apresentados pela Administração em momento oportuno, apresentando o detalhamento dos elementos construtivos e das especificações técnicas, incorporando as alterações necessárias decorrentes das interferências entre os diversos projetos.

4.51. A Contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de modo a contemplar os serviços e a metragem de execução conforme análise realizada. A ART/RRT será apresentada para a equipe de fiscalização.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:34:16.

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:36:12.

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 24/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50000.010346/2025-51

2. Objeto

2.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção de pisos, bem como remoção, fornecimento e descarte de material, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizado em Brasília – DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. As edificações foram construídas há mais de 40 anos, e enfrentam desafios decorrentes de sua idade avançada, o que exige manutenções frequentes. Nos diversos pavimentos das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes, os pisos e revestimentos encontram-se desgastados e danificados, principalmente, pela ação do tempo, tornando necessária a substituição de todas as áreas que apresentam danos.

3.2. Não obstante, a substituição do piso existente, reduz os custos oriundos de manutenção e reparos, visto que os materiais atualmente instalados nas edificações já não são mais fabricados e não tampouco encontrados no mercado, o que acarreta uma mistura de cores aos ambientes, gerando um desconforto aparentes e visual.

3.3. Vale ressaltar que este Ministério tem passado por um processo de revitalização de seus espaços físicos, além da constante necessidade de remanejamentos na disposição interna. A manutenção do piso melhora significativamente a funcionalidade e o conforto das equipes de servidores e demais funcionários que desempenham suas atividades.

3.4. A ausência de medidas voltadas à prevenção ou mitigação de situações danosas pode resultar em acidentes, transtornos e prejuízos ao desempenho das atividades realizadas pelas unidades abrangidas.

3.5. A Administração, ciente da escassez de recursos orçamentários, atuará com racionalidade e responsabilidade, promovendo a contratação dos serviços com foco na melhor relação custo-benefício. O objetivo é garantir maior eficiência na gestão do espaço físico, assegurando a continuidade das atividades e o cumprimento das metas institucionais.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Titularidade do Imóvel**

4.1. Cumpre-se informar, que os imóveis onde serão substituídos os pisos existentes, estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conforme segue:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", RIP nº 9701.21448.500-7;
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, RIP nº 9701.21382.500-9;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, RIP nº 9701.21381.500-3;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, RIP nº 9701.21377.500-1;
- e) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 170, RIP nº 9701.33067.500-3;
- f) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 180, RIP nº 9701.33069.500-4.

Sustentabilidade

4.2. Para a elaboração e execução das ações previstas neste contrato, foi consultado o **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU 7ª edição, outubro/2024**, item 24 Obras e Serviços de Engenharia, páginas 155 a 158, que classifica os produtos ou subprodutos florestais a serem executados, <chromeextension://efaidnbmnmbnncbjpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf>.

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como:

“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I).

4.3. O guia trás a legislação aplicada, as principais determinações, as providências a serem tomadas e as precauções a serem adotadas para a execução dos serviços. Cumpre-se destacar, as providências a serem tomadas pela empresa:

NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA:

“A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.”

4.4. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Além das ações descritas, a CONTRATADA deverá observar e aplicar todos os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação vigente, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e o alinhamento às normas e diretrizes de responsabilidade socioambiental.

4.5. Em atenção ao Art. 6º, da referida Instrução Normativa, os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.5.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.5.2. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.5.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.5.4. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, parar educação de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.5.5. Orientar seus empregados quanto à separação consciente do lixo, para reciclagem;

4.5.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Modalidade de Licitação

4.6. De acordo com o Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, item 54, alínea b, justifica-se a adoção da modalidade pregão eletrônico para a contratação em tela, conforme segue:

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;

4.7. Ainda, no Parecer supracitado, no item 58, classifica a atividade como Serviço de Engenharia:

58. Consequentemente, serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

4.8. Quanto à característica comum do serviço de engenharia, cabe mencionar o Parecer n. 075/2010/DECOR/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Luisa Ferreira Lima, que define serviços comuns de engenharia no seguinte sentido:

“(…) pode definir serviço comum de engenharia como aquele que obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, estando disponível a qualquer tempo no mercado próprio, com características, quantidades e qualidades padronizadas, sem alta complexidade técnica, e sem necessidade de acompanhamento e atuação relevante e proeminente de um engenheiro especializado.”

4.9. A contratação dos serviços de manutenção de pisos sob o regime de prestação contínua justifica-se pela necessidade permanente e ininterrupta de conservação das condições de segurança, higiene, acessibilidade e estética das instalações físicas do órgão. Tais serviços visam garantir a durabilidade dos revestimentos, prevenir acidentes, evitar a deterioração prematura das superfícies e manter o ambiente em conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho.

4.10. A execução contínua permite a pronta resposta a demandas corretivas, bem como a realização de manutenções preventivas programadas, assegurando o pleno funcionamento das atividades administrativas e operacionais do órgão. A descontinuidade na prestação desses serviços acarretaria prejuízos diretos à conservação do patrimônio público, aumento de custos com reparos emergenciais e possível comprometimento das condições de trabalho dos servidores e do atendimento ao público.

4.11. Nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, os serviços contínuos são caracterizados por atenderem a uma necessidade permanente da Administração, o que se aplica plenamente ao caso em tela.

Regime de Execução

4.12. Os serviços serão realizados por demanda, e podem ser mensurados por unidade de medida (m²), cujo valor total é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

4.13. O regime de execução será empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos CONTRATANTES em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

Critério de Julgamento e Adjudicação

4.14. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por grupo, estabelecendo condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas.

4.15. A Adjudicação será por grupo único, e apenas um fornecedor de forma independente tem as condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas.

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.16.1. Visto que o objeto contratado não envolve grande complexidade técnica ou execução de serviços especializados que demandem a divisão do escopo entre diferentes prestadores. Desta forma, optou-se por não admitir a subcontratação do objeto.

Prazo Contratual

4.17. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Participação de Consórcio

4.18. No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

4.19. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

4.20. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

Participação de Cooperativas

4.21. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05 /2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

OSCIP e instituições sem fins lucrativos

4.22. Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de2017).

Decretos Presidenciais - Margem de Preferência

4.23. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

4.24. E a Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 8, de 31 de março de 2025, que altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

4.25. Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Consulta ao Caderno de Logística - Pesquisa de Preços

4.26. Conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>), o mesmo estabelece orientações para realização da pesquisa de preços.

4.27. Para o objeto em tela, deverão seguir as regras da IN SEGES nº 65/2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Consulta aos Cadernos de Logística para Sanções Administrativas

4.28. Ao consultar o sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/manual-sancoes-22-09.pdf> e [//www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-logistica-de-sancao-2.pdf), os cadernos de logística encontrados não se adequam a formalística dessa pretensa contratação, haja vista estarem voltados à Lei nº 8.666/93.

4.29. Contudo, a contratação seguirá os parâmetros definidos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

4.30. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Indicação de marca ou modelo

4.31. Na contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e orientação dos art. 41, e incisos da lei 14.133/2021.

4.32. Por se tratar de indicação por parte da CONTRATANTE, é lícito que os proponentes possam apresentar marcas e modelos similares a pretensa contratação, contudo respeitando o art. 42, e incisos da lei 14.133/2021 que dispõe:

"I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

"II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto."

4.33. A indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), se encontraram pormenorizadas no Caderno de Especificação Técnica, Anexo deste Estudo.

4.33.1. A indicação dessas marcas de referência para a contratação de remoção, fornecimento e instalação de pisos foi realizada para garantir qualidade e eficiência na execução dos serviços. A escolha baseou-se na experiência da área demandante, considerando desempenho comprovado e compatibilidade técnica com as necessidades do órgão.

4.33.2. Além disso, a indicação não restringe a competitividade, pois admite-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, conforme prevê o art. 42, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a justificativa assegura vantagem, qualidade e economicidade na contratação, garantindo a adequada execução do objeto.

4.34. A indicação da marca e modelo visa dar continuidade aos padrões de pisos que está sendo utilizado nas dependências deste Ministério, o que facilita a manutenção e harmonia dos espaços.

Padrões mínimos de qualidade

4.35. Os requisitos mínimos de qualidade estão descritos nas normas, projetos de normas, especificações e métodos de ensaios padronizados, aprovados e/ou recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O prazo de garantia dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do atestado de recebimento definitivo emitido pela fiscalização.

4.36. A CONTRATADA deverá se atentar as especificações do material e as recomendações técnicas de instalação do fabricante.

4.37. No que tange a capacidade técnica, a CONTRATADA deverá ter conhecimento e experiência na execução dos serviços do objeto em tela, capacidade financeira para realizar o trabalho proposto, cumprir os prazos de entrega, estar em conformidade com as normas ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho.

Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT)

4.38. Considerando que a prestação dos serviços em tela é de natureza técnica nas áreas de engenharia e arquitetura, e tal atribuição é exclusiva dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – CREA's e nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo – CAU's (conforme a pertinente qualificação técnica), há a necessidade de que esses documentos técnicos sejam registrados nos respectivos conselhos por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA (Lei n. 6.496/77) e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica no CAU.

Qualificação Técnica e Econômico-Financeira

4.39. A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira para a contratação de remoção, fornecimento e instalação de pisos justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada tenha experiência comprovada e capacidade financeira para executar o objeto com qualidade e sem riscos de inadimplência.

4.40. Essa exigência está em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo proporcional à situação do serviço, prevenindo problemas como atrasos, falhas na execução ou descontinuidade contratual. Assim, assegura-se a eficiência, segurança e resguardo do interesse público, garantindo a entrega adequada dos serviços.

Projeto Básico e Projeto Executivo

4.41. As especificações técnicas contempladas neste estudo, bem como no Termo de Referência, serão suficientes em termos técnicos e operacionais para a execução e dimensionamento da contratação, não sendo necessário a elaboração do Projeto Básico.

4.42. A elaboração do Projeto Executivo não se faz necessário, visto que não há complexidade na execução do objeto em tela, possuindo especificações suficientes para entrega dos serviços, conforme disposto no art. 18, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

4.43. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, nos termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

Das Vedações

4.44. A Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional deverá seguir o disposto nos termos do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018.

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA	ANA LUIZA DE MELO MAGALHÃES

6. Levantamento de Mercado

6.1. O mercado trás uma infinidade de modelos de pisos:

- 6.1.1. **Porcelanato:** Resistente, durável, com diversas opções de cores e acabamentos, e fácil de limpar. É ideal para áreas com grande fluxo de pessoas.
- 6.1.2. **Cerâmica:** Uma opção mais acessível, com boa resistência e variedade de estilos. É uma boa escolha para áreas internas e externas.
- 6.1.3. **Piso Vinílico:** Oferece conforto térmico e acústico, é resistente à água e fácil de instalar. É uma alternativa sustentável e pode imitar madeira ou pedra.
- 6.1.4. **Laminado:** Uma opção que imita madeira, com boa resistência e fácil instalação. No entanto, não é ideal para áreas úmidas.
- 6.1.5. **Piso emborrachado:** Muito resistente, antiderrapante, impermeável e fácil de limpar. Ideal para áreas com crianças, academias e outros locais onde a segurança é importante.
- 6.1.6. **Ladrilho Hidráulico:** Um revestimento artesanal, com cores e estampas variadas, e que confere um charme especial aos ambientes. É resistente e durável.
- 6.1.7. **Cimento Queimado:** Um revestimento industrial que traz um toque moderno e minimalista aos ambientes. É resistente, durável e fácil de limpar.
- 6.1.8. **Piso de Madeira:** Oferece um toque clássico e aconchegante, mas exige mais cuidados com a umidade. Pode ser de madeira maciça ou laminada.
- 6.1.9. **Pisos em Pedra:** Granito e mármore são opções de luxo, com alta resistência e durabilidade. Granito é mais acessível e fácil de limpar do que o mármore.
- 6.1.10. **Pisos Intertravados:** São placas que se encaixam facilmente, ideais para calçadas, jardins e áreas externas.
- 6.1.11. **Pisogramas:** São peças de cerâmica ou porcelanato que formam padrões e desenhos.
- 6.1.12. **Carpets:** Trazem conforto térmico e acústico, mas exigem mais manutenção e limpeza.

6.5. De acordo com o disposto no art. 41, e incisos da lei 14.133/2021, que trata da indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), esta contratação seguirá o modelo utilizado por este Ministério visando a padronização dos ambientes.

6.6. A equipe de planejamento realizou levantamento de mercado para analisar as contratações similares feitas por outras instituições, a fim de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que atendam de forma mais adequada às necessidade da administração, conforme tabela abaixo:

SOLUÇÃO 01	
Descrição	Aquisição de material, piso e acessórios.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço de revenda de material. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra inviável para a contratação em tela, por não haver local para armazenamento do material, controle de estoque, e mão de obra especializada para instalação.
SOLUÇÃO 02	
Descrição	Contratação por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço em tela. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra inviável para a contratação em tela, pois devido a natureza do objeto, será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, nesse sentido, a presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

SOLUÇÃO 03

Descrição	Contratação por meio de Pregão Eletrônico.
Possível fornecedor	Existem no mercado inúmeras empresas que prestam o serviço em tela. Há uma lista extensa e exaustiva, o que não cabe materializar neste documento.
Análise da Solução	Esta solução se mostra viável para a contratação em tela, devido a natureza do objeto será possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, onde neste se enquadra nos requisitos desta contratação, viabilizando esta solução.

6.6. O levantamento de mercado foi realizado por meio de consulta ao sítio comprasnet.gov.br - Consulta Licitações do Governo Federal, Atas /Anexos e Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, bem como em contratações anteriores já realizadas, e foram encontradas 3 (três) contratações nos quais o objeto é similar ao da pretensa contratação:

6.6.1. Pregão eletrônico nº 90006/2025 - (Lei nº 14.133/2021) - Ministério da Justiça e Segurança Pública, Código da UASG nº 200005.

Objeto: Contratação de serviço comum de engenharia de manutenção de pisos e revestimentos com fornecimento de material, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.6.2. Pregão eletrônico nº 90080/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Câmara dos Deputados, Código da UASG nº 10001.

Objeto: Prestação de serviços de reparo e manutenção, com fornecimento de material, em imóveis funcionais da Câmara dos Deputados, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

6.6.3. Pregão eletrônico nº 90.021/2024 - (Lei nº 14.133/2021) - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Código da UASG nº 135100.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação, por demanda, de pisos vinílicos nas salas dos edifícios no âmbito da Matriz, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

6.7. Com base no que foi apresentado, a solução que melhor atende as necessidades da pretensa contratação é a contratação por Pregão Eletrônico.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução que melhor atende as necessidades desta Pasta, é a contratação por meio de pregão dos serviços de remoção, fornecimento e instalação de materiais com mão de obra adequado, seguindo os critérios, definições, metodologias e especificações contidas na Ordem de Serviços e no Caderno de Especificações Técnicas (a ser inserido como Anexo deste ETP).

7.2. O Ministério dos Transportes passou a ser responsável pela gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, conforme estabelecido no Termo de Compartilhamento, processo nº 50000.004218/2021-44. Os órgãos clientes e ocupantes das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes são: o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

7.3. A Gestão Condominial tem a responsabilidade da prestação de serviços coletivos e essenciais como: limpeza, vigilância, brigada, recepção, copa, reparos, adequações e adaptações e todas as manutenções das edificações (predial, elevadores, climatização), necessária para garantir o bom funcionamento das edificações.

7.4. Conforme descrito no item 3 deste Estudo e com base neste cenário, o dimensionamento da contratação visa atender as demandas de manutenção, adaptações e reparos de todos os usuários. O presente instrumento tem o objetivo estabelecer as condições e diretrizes gerais necessárias para a execução dos serviços em tela.

7.5. E ainda, a contratação complementa as informações que serão fornecidas no Edital, conforme descrito a seguir:

7.5.1. A remoção dos componentes existentes por profissionais qualificados e utilizando ferramentas adequadas, incluindo a limpeza e preparação do local para a instalação das novas peças;

7.5.2. A confecção, quando necessário, fornecimento e instalação das peças conforme solicitado, garantindo que sejam devidamente instaladas e ajustadas para um melhor funcionamento e desempenho;

7.5.3. Limpeza do local, tanto interno quanto externo às edificações, incluindo o descarte dos materiais resultantes dos serviços prestados (tais como entulhos, resíduos de obra, pisos, etc.).

7.5.2 Todos os materiais a serem utilizados na realização dos serviços devem ser comprovadamente de alta qualidade. A execução de todos os serviços será conduzida estritamente de acordo com os princípios da boa técnica e da segurança, e também estará em total conformidade com as leis e normas atualmente em vigor.

7.5.3 Durante a execução, a CONTRATADA deverá realizar uma visita prévia ao local onde os serviços serão realizados, mediante solicitação da CONTRATANTE. Essa visita favorece a uma análise detalhada, checagem e comparações dos projetos, de acordo com as diretrizes do Caderno de Especificações Técnicas, Anexo neste Estudo Técnico Preliminar. E ainda, deve estar alinhada às Normas Técnicas relevantes, bem como, aos catálogos e manuais de fornecedores.

7.5.4 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela integridade dos equipamentos e materiais utilizados na execução dos serviços, incluindo Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Além disso, deverá apresentar as especificações dos materiais adquiridos à equipe de fiscalização, conforme cada item executado. É imprescindível que sejam observadas as Normas de Segurança aplicáveis aos profissionais, garantindo assim a segurança dos bens materiais, usuários e transeuntes.

7.5.5 Os itens descritos no Edital e detalhados neste instrumento serão executados mediante Ordem de Serviços, a ser emitida após os alinhamentos e definições necessários entre a empresa e a equipe de fiscalização.

7.5.6. A CONTRATADA deverá assegurar o descarte adequado desses materiais, devidamente isolados e identificados com cores conforme as diretrizes estabelecidas pelo CONAMA nº 275/2001 e 307/2002, e as demais normas em vigor.

7.5.7. Não será permitido o armazenamento dos materiais mencionados nas áreas comuns das edificações, devido aos riscos que representam para os usuários e transeuntes, além do impacto negativo nas atividades em curso.

7.6. Todas as dúvidas e orientações serão tratadas em conjunto com a equipe de fiscalização responsável pelo contrato.

Conformidades normativas e legais de parametrização

7.7. Para a execução dos serviços de remoção, fornecimento e instalação de forro de gesso modular com película de PVC em uma face e película aluminizada na outra, que apresenta maior resistência e durabilidade frente à umidade, calor, goteira e impurezas provenientes do entre forro, deverão ser seguidos os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Especificações Técnicas.

7.8. As normas e legislação vigentes dos órgãos competentes da administração pública serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos. Na ausência dessas normativas ou em situações omissas, deverão ser consideradas as prescrições, especificações e regulamentos de órgãos e entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos materiais e componentes utilizados.

7.9. Devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas vigentes:

7.9.1. NBR 13.753: Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante;

7.9.2. NBR 13.754: Revestimento de paredes internas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante;

7.9.3. NBR 13.755: Revestimento de paredes externas e fachadas com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante;

7.9.4. NBR 13.818 e NBR 15.463: Placas cerâmicas para revestimento;

7.9.5. NBR 15.575: Edificações habitacionais – Desempenho.

7.9.6. ABNT NBR 14851-1: Revestimentos de pisos - Mantas (rolos) e placas de linóleo - Parte 1: Classificação e requisitos.

7.9.7. ABNT NBR 14851-2: Revestimentos de pisos - Mantas (rolos) e placas de linóleo - Parte 2: Procedimentos para instalação e manutenção.

7.9.8. ABNT NBR 9817: Execução de piso com revestimento cerâmico - Procedimento.

7.9.9. ABNT NBR 9574: Execução de impermeabilização.

7.9.10. Entre outras.

7.11. É importante destacar que as normas mencionadas anteriormente não eximem a responsabilidade de cumprir outras normas e legislações em vigor que se apliquem ao escopo em questão.

7.12. Importância das normas:

7.12.1. Segurança: As normas garantem a segurança dos usuários, evitando riscos de escorregadelas, quedas e outros acidentes.

7.12.2. Durabilidade: A conformidade com as normas garante que os materiais e as instalações sejam duráveis e resistentes ao desgaste do uso.

7.12.3. Qualidade: As normas estabelecem critérios técnicos para a seleção, instalação e manutenção de pisos e revestimentos, garantindo a qualidade da obra.

7.12.4. Conformidade legal: As normas são exigidas por legislação e órgãos reguladores, sendo importantes para evitar problemas legais e garantir a legalidade da obra.

7.12.5. Exemplos de requisitos das normas:

7.12.6. Resistência à umidade: Revestimentos em áreas molhadas devem ser resistentes à umidade e aos ataques químicos.

7.12.7. Resistência ao desgaste: Pisos em áreas de grande tráfego devem ter resistência adequada ao desgaste.

7.12.8. Classificação de materiais: As normas classificam os materiais por tipo, uso e características, auxiliando na seleção correta.

7.12.9. Instalação:

7.13. As normas especificam os procedimentos corretos para a instalação de cada tipo de revestimento.

7.14. Em resumo: As normas ABNT são ferramentas essenciais para garantir a segurança, durabilidade e qualidade das instalações de pisos e revestimentos, contribuindo para a satisfação dos usuários e a legalidade da obra.

7.15. Todos os materiais e processos de instalação devem ser executados de acordo com as melhores práticas e respeitar as condições de segurança para os trabalhadores e usuários. A aprovação dos materiais e serviços será condicionada à avaliação técnica prévia e ao cumprimento das exigências regulamentares.

Dimensionamento da proposta

7.16. A contratação será dimensionada conforme tabela abaixo:

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida
01	Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.	5312	m²
02	Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, espessura até 120 mm.	5312	m²
03	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm. (Marca: Belgotex; Linha: Mineral/60; Referência: Stone - 101grey.)	5312	m²
04	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80 mm. (Marca: Belgotex; Linha: Rocky; Referência: 311 - Sanzio.)	5312	m²
05	Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.	5312	m
06	Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.	5312	m²
07	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm. (Marca: Belgotex; Linha: Astral MB; Referência: cor a denifir.)	5312	m²
08	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo. (Marca: Belgotex; Linha: Astral; Referência: cor a definir.)	5312	m²
09	Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.	5312	m²
10	Serviço de impermeabilização de piso vinílico.	5312	m²
11	Serviço de confecção e instalação de capacho personalizado. (Referência: Kapazi; Linha: Cleankap.)	5312	m²
12	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm	5312	m²

Início da execução contratual

7.17. O início da execução dos serviços será iniciada após a assinatura do respectivo contrato, ficando a CONTRATADA apta a iniciar os serviços, conforme demanda da CONTRATANTE, mediante Ordem de Serviço expedida pelo fiscal técnico, conforme abaixo:

7.17.1. Solicitação de medição dos serviços via e-mail pela CONTRATANTE;

7.17.2. Vistoria e medição dos serviços pela CONTRATADA;

7.17.3. Elaboração de orçamento pela CONTRATADA;

7.17.4. Abertura de ordem de serviço pela CONTRATANTE;

7.17.5. O prazo de atendimento da ordem de serviço será acordado entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, de acordo com nível de urgência que cada ordem de serviço requer;

7.17.6. Execução da ordem de serviço.

7.18. Todos os serviços serão avaliados pela fiscalização, devendo, a empresa a ser contratada, executá-los de acordo com as recomendações estabelecidas no Termo de Referência.

Prazo Contratual

7.19. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Local de prestação dos serviços

7.20. Os serviços serão prestados nos endereços abaixo:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

7.21. Podem ser realizados em diferentes imóveis que possam vir a ser ocupados por este Ministério, em outras localidades previamente indicadas, em Brasília- DF, mediante celebração prévia de termo aditivo e desde que atendidos os requisitos legais das alterações contratuais, a serem analisados em cada caso concreto.

Critérios de aferição/medição dos serviços para pagamento

7.22. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo do Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.22.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.22.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.22.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.22.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.23. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.24. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.24.1. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.24.2. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

7.24.3. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades estimadas dos serviços a serem contratados foram definidas com base em levantamento técnico realizado pela equipe do Serviço de Manutenção (SEMAN), considerando as demandas recorrentes por reparos, adaptações e melhorias nos ambientes internos dos edifícios sob

responsabilidade do Ministério dos Transportes. Tal levantamento foi elaborado com base no planejamento anual de manutenção para o exercício de 2025, o qual prevê, entre outras ações, a alteração de diversos setores dos Edifícios Sede e Anexo.

8.2. O quantitativo estimado leva em consideração os materiais e serviços necessários para viabilizar tais manutenções, abrangendo diferentes pavimentos dos edifícios. A seguir, apresenta-se a tabela com as quantidades estimadas, conforme o escopo estabelecido e os critérios técnicos adotados:

GRUPO ÚNICO				
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida	Quantid.
01	Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.	5312	m²	8.000
02	Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, espessura até 120 mm.	5312	m²	8.000
03	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm. (Marca: Belgotex; Linha: Mineral/60; Referência: Stone - 101grey.)	5312	m²	7.000
04	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80mm. (Marca: Belgotex; Linha: Rocky; Referência: 311 - Sanzio.)	5312	m²	3.500
05	Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.	5312	m	600
06	Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.	5312	m²	2.000
07	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm. (Marca: Belgotex; Linha: Astral MB; Referência: cor a definir.)	5312	m²	250
08	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo. (Marca: Belgotex; Linha: Astral; Referência: cor a definir.)	5312	m²	1.000
09	Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.	5312	m²	300
10	Serviço de impermeabilização de piso vinílico.	5312	m²	10.500
11	Serviço de confecção e instalação de capacho personalizado. (Referência: Kapazi; Linha: Cleankap.)	5312	m²	50
12	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm	5312	m²	500

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.236.413,50

9.1. O procedimento para estimativa do valor da contratação, constante neste Estudo Técnico Preliminar, seguiu inicialmente as diretrizes estabelecidas no Caderno de Logística - Pesquisa de Preços (2024), conforme preconizado pelo Portal de Compras do Governo Federal, e buscou observar prioritariamente a metodologia prevista no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que trata da utilização de sistemas referenciais oficiais de preços, como as tabelas do SINAPI, SICRO e outros bancos de dados mantidos pela Administração Pública.

9.2. No entanto, não foi possível localizar os serviços pretendidos nas referidas tabelas referenciais. Diante desse cenário, a Administração adotou a metodologia subsidiária prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, em conjunto com as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito das contratações públicas.

9.3. Ressalta-se que, conforme previsto no próprio Caderno de Logística, a elaboração da estimativa de valores nesta fase do ETP possui caráter preliminar e visa, essencialmente, subsidiar a análise de viabilidade econômica da solução indicada. Ainda que não seja obrigatória a observância integral da IN nº 65/2021 neste momento, sua aplicação foi considerada pertinente para assegurar maior robustez à estimativa.

9.4. Assim, o valor estimado da contratação foi apurado por meio da média simples dos valores obtidos em consulta a 3 (três) fornecedores do ramo. Este levantamento de mercado permitiu consolidar uma estimativa coerente com os preços praticados atualmente.

9.5. Informa-se que foi realizado a simulação dos preços globais com base nos dois cenários - custos "desonerados" (acrescido o percentual da CPRB no BDI) versus custos "não desonerados" (excluído o percentual da CPRB no BDI) para justificar a opção mais vantajosa para Administração. Segue abaixo, simulação comparando os dois cenários.

COMPOSIÇÃO DO BDI - Não Desonerada	
CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central, riscos, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	5,65%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	0,00%
$BDI = \frac{(1 + AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L) - 1}{(1 - T)}$	22,2%

COMPOSIÇÃO DO BDI - Desonerada	
CÁLCULO DO BDI	
1) Taxa de rateio da administração central, riscos, seguro e garantia do empreendimento;	
2) Taxa das despesas financeiras;	
3) Taxa de lucro;	
4) Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB).	
Sendo:	
BDI para serviços:	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%

R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
SG = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	9,25%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	3,60%
BDI = $\frac{(1 + AC + R + S + G)(1 + DF)(1 + L) - 1}{(1 - T)}$	27,1%

9.6. Dito isso, constatou-se que a opção mais vantajosa foi o custo "não desonerado", resultando no percentual do BDI de 22,2%.

9.7. Diante do exposto, após a pesquisa de preços preliminar que esta Coordenação realizou, estima-se que a contratação terá o custo total de **R\$ 4.236.413,50**, conforme resumo demonstrado abaixo:

GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Catser	Unid. de medida	Quantid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.	5312	m²	8.000	55,00	440.000,00
02	Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, espessura até 120 mm.	5312	m²	8.000	145,00	1.160.000,00
03	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm. (Marca: Belgotex; Linha: Mineral/60; Referência: Stone - 101grey.)	5312	m²	7.000	60,00	420.000,00
04	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20 mm x 177,80mm. (Marca: Belgotex; Linha: Rocky; Referência: 311 - Sanzio.)	5312	m²	3.500	60,00	210.000,00
05	Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.	5312	m	600	112,00	67.200,00
06	Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.	5312	m²	2.000	250,00	500.000,00
07	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm. (Marca: Belgotex; Linha: Astral MB; Referência: cor a definir.)	5312	m²	250	200,85	50.212,50
08	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo. (Marca: Belgotex; Linha: Astral; Referência: cor a definir.)	5312	m²	1.000	205,00	205.000,00
09	Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.	5312	m²	300	816,67	245.001,00
10	Serviço de impermeabilização de piso vinílico.	5312	m²	10.500	70,00	735.000,00

11	Serviço de confecção e instalação de capacho personalizado. (Referência: Kapazi; Linha: Cleankap.)	5312	m²	50	280,00	14.000,00
12	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm	5312	m²	500	380,00	190.000,00
Valor Total						4.236.413,50

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Conforme orientação do Art. 40, Lei 14.133/2021, o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

"b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso".

10.2. Por questões de economia e padronização de materiais e serviços e visando evitar a incompatibilidade dos itens a serem adquiridos, o parcelamento da solução não é vantajoso para o Ministério na medida em que a divisão se mostra inadequada ao atendimento dos interesses e das necessidades do Órgão.

10.3. Destaca ainda o (art.40,§3º, I, Lei 14.133/2021), O parcelamento não será adotado quando:

"I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor".

10.4. Assim sendo, após análise técnica do tipo de serviço pleiteado a administração optou pelo não parcelamento da solução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia":

- (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/planejamento-estrategico-2024-2027/planejamento-estrategia>).
- (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

11.2. Ainda, a contratação em tela está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano->. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os [objetivosde-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf](#) previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

11.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-47 /2025.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não se aplica.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Os benefícios esperados são:

- Preservação das condições estruturais e estéticas dos pisos, evitando deteriorações que possam comprometer a segurança e funcionalidade dos ambientes.
- Padronização na execução dos serviços, garantindo uniformidade e qualidade nos acabamentos.
- Prolongamento da vida útil dos revestimentos, evitando trocas frequentes e diminuindo o custo total de propriedade.
- Melhor aproveitamento de recursos públicos, com planejamento e controle eficazes das atividades de manutenção.
- Prevenção de acidentes, como escorregões e tropeços causados por pisos soltos, rachados ou escorregadios.
- Adequação às normas técnicas e de acessibilidade, promovendo a segurança de todos os usuários.

- Conformidade com princípios da boa administração pública, como eficiência, economicidade e interesse público.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Será necessário o planejamento para liberação de áreas onde serão executados os serviços, necessitando de apoio das unidades de logística e de infraestrutura.

14.2. Ao longo da execução do contrato, serão definidos todos os cronogramas, que passarão por aprovações das alterações de layouts, pequenas intervenções de engenharia e ajustes de sistemas.

14.3. O Serviço de Manutenção Predial (SEMAN/COINF) deverá viabilizar as ações planejadas para o acompanhamento dos serviços das entregas de materiais a serem adquiridos de forma satisfatória, observando as validades, qualidades e garantias, conforme solicitado nos itens 4.36 a 4.38 deste Estudo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A execução dos serviços em comento além de gerar resíduos sólidos, potencialmente ocasionará emissão de ruídos, partículas e poeiras. Para todos os impactos ambientais previstos, serão adotadas medidas mitigadoras.

15.2. Para amenizar possíveis impactos ambientais a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, tais como:

15.2.1. Fornecer materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

15.2.2. Usar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

15.2.3. Garantir a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

15.2.4. Acondicionar os materiais em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando, de preferência, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

15.2.5. Separar os resíduos recicláveis descartáveis e destiná-los a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, por atender à necessidade identificada e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:10:08.

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 14:53:12.

MARCEL VIEIRA DE CAMARGO

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 15:28:54.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

ANEXO - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PISOS

PROCESSO: 50000.010346/2025-51

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de piso, bem como remoção, fornecimento e descarte de material, para atender as necessidades do Bloco "R", Edifícios Sede e Anexos, localizados na Esplanada dos Ministérios, e os Edifícios SGON I e II, em Brasília – DF.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. As edificações foram construídas há mais de 40 anos, e enfrentam desafios decorrentes de sua idade avançada, o que exige manutenções frequentes. Nos diversos pavimentos das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes, os pisos e revestimentos encontram-se desgastados e danificados, principalmente, pela ação do tempo, tornando necessária a substituição de todas as áreas que apresentam danos.

2.2. Não obstante, a substituição do piso existente, reduz os custos oriundos de manutenção e reparos, visto que os materiais atualmente instalados nas edificações já não são mais fabricados e não tampouco encontrados no mercado, o que acarreta uma mistura de cores aos ambientes, gerando um desconforto aparentes e visual.

2.3. Vale ressaltar que este Ministério tem passado por um processo de revitalização de seus espaços físicos, além da constante necessidade de remanejamentos na disposição interna. A manutenção do piso melhora significativamente a funcionalidade e o conforto das equipes de servidores e demais funcionários que desempenham suas atividades.

2.4. A ausência de medidas voltadas à prevenção ou mitigação de situações danosas pode resultar em acidentes, transtornos e prejuízos ao desempenho das atividades realizadas pelas unidades abrangidas.

2.5. A Administração atuará de forma racional e responsável, contratando os serviços com foco na melhor utilização dos recursos disponíveis, que têm se mostrado escassos nos últimos exercícios. O

objetivo final é alcançar eficácia e eficiência nas ações, assegurando o cumprimento das metas institucionais.

3. GRUPO ÚNICO

Serviço de remoção, fornecimento, nivelamento, instalação, impermeabilização e recuperação de pisos e revestimentos.

- **ITEM 01:** Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.

a) **EXECUÇÃO:**

- Demolição de camada de regularização de forma manual, com alavanca de ferro, para pequenas espessuras (até 20mm).
- Demolição de camada de regularização de forma mecanizada, com marteleto pneumático, para espessuras maiores (maior que 20mm).
- Remoção de entulho e acondicionamento em caçambas para descarte em local apropriado.

b) **CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

- Durante a remoção deve-se garantir à integridade das lajes de piso, além de atentar para as instalações que por ventura possam existir no piso.
- O entulho resultante da remoção do piso deve ser transportado em carrinho de mão ou em sacos apropriados pelos elevadores de serviço e acondicionados em caçambas para descarte em local apropriado.

c) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

- **ITEM 02:** Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, com espessura até 120mm.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Argamassa com traço 1 por 2 por 2 (cimento: vermiculita: areia), sendo meio saco de cimento para 2 latas (18L) de vermiculita expandida e 2 latas (18L) de areia lavada média.
- Massa homogênea e granular (farofa).
- Espessura de camadas do contrapiso definida variável entre 30 e 50mm.
- Áreas secas sobre laje.

b) **INSTALAÇÃO:**

- Preparar o substrato (laje) executando a limpeza da superfície com vassourão para retirada de poeira e materiais finos.
- A massa de regularização da superfície do piso deve apresentar em sua composição traço 1 por 2 por 2, ou seja, 01 lata de 18L de cimento para 2 latas de 18L de vermiculita expandida e 2 latas (18L) de areia média, para o preparo do contrapiso granular.
- Certificar que não haja impurezas nos materiais, para garantir a aderência da composição.
- Concluída a limpeza da base, realizar o processo de umedecimento (saturação) do piso, evitando assim que a laje absorva a água da massa e consequentemente a retração do contrapiso.
- Com o piso umedecido, executar o “polvilhamento” com cimento puro para criação de uma nata de cimento que servirá de ponte de aderência entre os materiais.
- Com a base pronta para o recebimento da massa, determinar o nível de referência criando as “taliscas”, para o nivelamento do contrapiso no ponto da instalação do revestimento.
- Espalhar a massa em toda base e nivelar a superfície com o soquete de madeira. O soquete ajuda a compactar a massa criando um bloco único, aumentando a sua resistência.
- O acabamento deve ser feito com um novo sarrafeamento utilizando a régua de alumínio com o movimento de vai e vem, puxando a massa até que ela fique nivelada.
- Após o sarrafeamento aparecendo imperfeições, estas devem ser corrigidas pontualmente.
- Realizar a cura umedecendo o contrapiso 3 vezes ao dia durante 3 dias no mínimo.

c) CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- Para o contrapiso granular (farofa) com espessura maior que 50mm, deve-se executar em camadas de no mínimo 30 e no máximo 50 milímetros, para garantir a compactação e aderência.
- Entre as camadas deve ser aplicada a nata de cimento ou água com aditivo colante para a aderência entre as camadas.
- No processo de cura do contrapiso atinge sua resistência máxima em aproximadamente 28 dias, o que não impede a colocação de determinado revestimento com o menor tempo de cura, sendo necessário o estudo do caso concreto.

- As Juntas de dilatação do contrapiso devem acompanhar aquelas existentes na laje de piso, sendo preenchidas com isopor ou espuma de polietileno e vedadas com selante mastique.
 - d) **PRAZO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO:** 20 dias úteis.
 - e) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**
- **ITEM 03:** Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm.
 - a) **ESPECIFICAÇÕES:**
 - Espessura total: 3,0 mm;
 - Capa de uso: 0,55 mm;
 - Tamanho da régua: 600mm x 600mm;
 - Classificação quanto ao uso: 33 (commercial pesado);
 - Classificação de reação ao fogo: II-A / EN 13501 = Bfl-s1 / ASTM E648 = 1;
 - Tratamento de superfície: PUR;
 - Auto tráfego commercial pesado;
 - Teste VOC: Floorscore;
 - Camada em PU (poliuretano) de alta resistência.
 - **Marca: Belgotex**
 - **Linha: Mineral/60**
 - **Referência: Stone -101 Grey**
 - b) **INSTALAÇÃO:**
 - Pisos vinílicos LVT não devem ser instalados sobre mantas, espumas, superfícies de pisos elevados, piso de madeira e cimento queimado; o contrapiso deve ser estruturalmente sólido, firme, plano/nivelado (conforme ABNT NBR15575-3 / ABNT NBR 14917-2), devidamente curado, isento de umidade e resistente à abrasão, à compressão e impermeabilizado.
 - As irregularidades do contrapiso não devem ser maiores ou igual a 3 mm em relação a uma régua de 2 metros de comprimento em qualquer direção, caso haja, deve ser corrigido com argamassa de regularização ou ser removido.
 - Deve-se utilizar adesivo à base de água e que suporte temperatura de até 25º C, desenvolvido para instalação de revestimentos LVT (conforme as orientações do fabricante).
 - c) **PRAZO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO:** 15 dias úteis.
 - d) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

e) **SOLICITAR AMOSTRA DO PISO.**

- **ITEM 04:** Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80mm.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Espessura total: 3,0 mm;
- Capa de uso: 0,55 mm;
- Tamanho da régua: 1.219,20mm x 177,80mm;
- Classificação quanto ao uso: 33 (commercial pesado);
- Classificação de reação ao fogo: II-A / EN 13501 = Bfl-s1 / ASTM E648 = 1;
- Tratamento de superfície: PUR;
- Auto tráfego commercial pesado;
- Teste VOC: Floorscore;
- Ftalatos: Livre – ABNT NBR 16040 / Diretiva EU 215/863;
- **Marca: Belgotex**
- **Linha: Rocky**
- **Referência: 311 - Sanzio**

b) **INSTALAÇÃO:**

- Pisos vinílicos LVT não devem ser instalados sobre mantas, espumas, superfícies de pisos elevados, piso de madeira e cimento queimado.
- O contrapiso deve ser estruturalmente sólido, firme, plano/nivelado (conforme ABNT NBR15575-3 / ABNT NBR 14917-2), devidamente curado, isento de umidade e resistente à abrasão, à compressão e impermeabilizado.
- As irregularidades do contrapiso não devem ser maiores ou igual a 3 mm em relação a uma régua de 2 metros de comprimento em qualquer direção, caso haja, deve ser corrigido com argamassa de regularização ou ser removido.
- Deve-se utilizar adesivo à base de água e que suporte temperatura de até 25º C, desenvolvido para instalação de revestimentos LVT (conforme as orientações do fabricante).

c) **PRAZO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO:** 15 dias úteis.

d) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

e) **SOLICITAR AMOSTRA DO PISO.**

- **ITEM 05:** Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.

a) ESPECIFICAÇÕES:

- Boa resistência a choque térmico e intempéries.
- Excelentes propriedades físicas e mecânicas.
- Monocomponente com alta flexibilidade, estável, tixotrópico e de fácil aplicação.
- Tempo de formação de película em até 35 minutos.
- Capacidade de movimentação: até 25%.
- Grau de Dureza (Shore A) – ASTM 2240: 33 a 45
- Densidade 1,66g/cm³.
- Cura com a umidade do ar.
- Cura total: 3mm/24 h.

b) INSTALAÇÃO:

- Corte o bico do aplicador de forma apropriada em função da abertura da junta a ser selada.
- Acople o bico a pistola de aplicação.
- Corte uma das extremidades do sachê, introduzindo-o com a extremidade aberta voltada para a ponta do aplicador e aplique o selante do fundo para a borda, assegurando o total preenchimento da junta e o completo contato com as bordas.
- Promova acabamento superficial com uma espátula de dimensões adequadas à abertura das juntas.
- A espátula pode ser umedecida com um detergente neutro para facilitar o procedimento e garantir a regularidade da superfície.
- As fitas de proteção das bordas devem ser removidas imediatamente após a execução do acabamento.

c) CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- As juntas de movimentação devem estar secas, íntegras e isentas de materiais soltos, pó e pasta de cimento.
- Na aplicação as bordas superiores das juntas devem ser protegidas com fita adesiva (fita crepe).
- Armazenar o material em local fresco, arejado e com temperatura não inferior a 10°C e não superior a 30°C.
- As medidas de higiene e segurança do trabalho e as indicações enquanto a o fogo, limpeza e disposição de resíduos devem seguir as recomendações contantes na ficha de segurança de produtos químicos (FISPQ) do produto.

d) PRAZO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO: 15 dias úteis.

e) CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.

- **ITEM 06:** Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.

a) ESPECIFICAÇÕES:

- O serviço de polimento e revitalização inclui a raspagem do piso ou parede, recomposição das partes danificadas, rejuntamento e polimento da pedra.
- O polimento será feito com uso de abrasivos diamantados, específicos para pedras, devendo-se obter como resultado final o brilho natural da pedra, não se admitindo o emprego de qualquer produto de uso tópico, tais como ceras, vernizes, parafinas ou resinas de qualquer espécie.
- A restauração dos defeitos relevantes, tais como poros profundos e lascas, serão corrigidos com estucagem por meio de massa plástica com pigmentação para atingir a coloração natural da pedra.
- Deverá estar incluído no serviço a restauração do rejunte, bem como sua aplicação nos locais onde tenha, anteriormente, se desprendido, empregando-se o mesmo tipo de material inicialmente utilizado, ou material equivalente caso o mercado não forneça mais o mesmo.

b) REQUISITOS TÉCNICOS:

- Utilização de produtos e equipamentos certificados e apropriados para granito.
- Execução por profissionais qualificados e com experiência comprovada.
- Garantia de uniformidade no acabamento, sem ondulações ou manchas.

c) CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- O trabalho deverá ser realizado em horários previamente acordados, evitando interferências nas atividades do local.
- A CONTRATADA deverá garantir a segurança do ambiente, mantendo as áreas sinalização adequada conforme as normas para que seja evitando riscos de acidentes de baixa gravidade, média gravidade e grande gravidade de risco.

d) CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- Limpeza profunda das superfícies de granito.
- Remoção de manchas, riscos e desgastes.
- Polimento mecânico com abrasivos adequados.
- Aplicação de seladores e impermeabilizantes apropriados.
- Inspeção final e entrega do serviço.

e) CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.

- **ITEM 07:** Serviço de remoção, fornecimento e instalação de carpete em placa, 500x500mm.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Construção: Tufting
- Textura: Bouclê
- Aplicação: Ambiente comercial com tráfego intenso
- Tipo de fio: 100% SDN – Solution Dyed Nylon (PA)
- Peso total: 3.960g/m² (± 5%)
- Espessura: 6,5 mm (± 10%)
- Dimensões: 500 x 500mm
- Base primária: Base Termoplástica composta por cargas minerais, polímeros e agente ligante betuminoso
- Base secundária: 100% Poliéster
- Controle eletrostático: Permanente
- **Marca: Belgotex**
- **Linha: Astral MB**
- **Referência: cor a definir**

b) **INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSTALAÇÃO:**

- Regularização da base antes da aplicação do carpete, nos lugares que o contrapiso estiver danificado.
- Em locais onde existir tomada de piso, a empresa contratada deverá proceder ao recorte do carpete, de forma que esse não se sobreponha à tomada.
- A instalação do carpete seguirá rigorosamente as especificações do fabricante.
- Ao final da execução dos serviços, o carpete não deverá apresentar defeitos como emendas tortas, recortes de canto com aberturas, descolagem, diferenças de tonalidade, emendas abertas, emendas em excesso ou vazamentos de cola, desníveis e espaços entre o piso e a parede.
- Nas portas e onde houver encontro com outro tipo de piso deve estar previsto a instalação de chapa metálica ou fita metálica para acabamento de carpetes. O perfil deve ser na cor alumínio ou preta, com largura de até 40mm.

c) **REQUISITOS TÉCNICOS:**

- Resistência ao uso de cadeiras com rodízio EN 1307;
- Resistência a abrasão – ABNT NBR 8810;
- Resistência a luz – ISO 105-B02;
- Estabilidade dimensional – ABNT NBR 10313;
- Coeficiente de atrito – ASTM D 1894;

- Absorção Sonora – ISO 354;
- Resistência ao manchamento – AATCC TM 175;
- Densidade de fumaça – ASTM E 662;
- Ignitabilidade – BS EN ISO 11925:2;
- Reação ao Fogo – ISO 9239-1, ABNT NBR 8660, ABNT NBR 15.575-3;
- E demais certificações ABNT.

d) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

e) **SOLICITAR AMOSTRA DO CARPETE.**

- **ITEM 08:** Serviço de remoção, fornecimento e instalação de carpete em rolo.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Construção: Tufting
- Textura: Bouclê
- Aplicação: Ambiente comercial com tráfego intenso
- Tipo de fio: 100% SDN – Solution Dyed Nylon (PA)
- Peso total: 1.760g/m² (± 10%)
- Espessura: 6,0 mm (± 10%)
- Dimensões: 3.660 x 30.000mm
- Base primária: 100% Polipropileno (PP)
- Base secundária: 100% Polipropileno (PP)
- Controle eletrostático: Permanente;
- **Marca: Belgotex**
- **Linha: Astral**
- **Referência: cor a definir**

b) **INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSTALAÇÃO:**

- Regularização da base antes da aplicação do carpete, nos lugares que o contrapiso estiver danificado.
- Em locais onde existir tomada de piso, a empresa contratada deverá proceder ao recorte do carpete, de forma que esse não se sobreponha à tomada.
- A instalação do carpete seguirá rigorosamente as especificações do fabricante.
- Ao final da execução dos serviços, o carpete não deverá apresentar defeitos como emendas tortas, recortes de canto com aberturas, descolagem, diferenças de tonalidade, emendas abertas, emendas em excesso ou vazamentos de cola, desníveis e espaços entre o piso e a parede.

- Nas portas e onde houver encontro com outro tipo de piso deve estar previsto a instalação de chapa metálica ou fita metálica para acabamento de carpetes. O perfil deve ser na cor alumínio ou preta, com largura de até 40mm.

c) **REQUISITOS TÉCNICOS:**

- Resistência ao manchamento – AATCC TM 175;
- Densidade de fumaça – ASTM E 662;
- Ignitabilidade – BS EN ISO 11925:2;
- Reação ao Fogo – ISO 9239-1, ABNT NBR 8660;
- Isolamento acústico: ISO 10.140 e 717, NBR 15.575;
- E demais certificações ABNT.

d) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

f) **SOLICITAR AMOSTRA DO CARPETE.**

• **ITEM 09:** Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Piso elevado composto de 2 placas de aço com enchimento em concreto celular, incluso base/haste/cruzetas, 600 x 600mm, resistência à carga concentrada 496 kg.
- Pedestais reguláveis em aço, compostos por cruzetas e bases com alturas variadas, longarinas e demais peças e componentes integrantes do sistema de piso elevado.
- Referência: Piso Elevado Hunter Douglas ou similar.
- Placas com dimensões de 600 x 600mm, 620 x 620mm ou tamanho equivalente.
- A estrutura de sustentação, composta por pedestais de apoio, deve ter altura entre 70mm e 1500mm. A definição da altura vai depender, entre outros condicionantes, do pé-direito do ambiente e do vão livre necessário para passagem de calhas, caixas de tomadas e cabeamentos.
- Cor a ser definida pela fiscalização.

b) **INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSTALAÇÃO:**

- Antes da instalação, a fiscalização deve aprovar a planta de paginação;
- A instalação do piso elevado seguirá rigorosamente as especificações do fabricante.

c) **CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.**

d) **SOLICITAR AMOSTRA DO PISO ELEVADO.**

• **ITEM 10:** Serviço de impermeabilização de piso vinílico.

a) **ESPECIFICAÇÕES:**

- Impermeabilização com aplicação de base seladora semipermanente, em duas aplicações, e sobre esta aplica-se o impermeabilizante em duas demãos.
- **Referência:** Johnson ou equivalente.

b) INSTRUÇÕES GERAIS:

- Execução conforme recomendações do fabricante.
- A limpeza e impermeabilização do piso deve ocorrer, somente, após 10 dias úteis da instalação, decorrido o período de cura do adesivo.

c) CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.

- **ITEM 11:** Serviço confecção e instalação de capacho personalizado.

a) ESPECIFICAÇÕES:

- Superfície: 100% Poliamida;
- Entretela: 100% Poliéster;
- Base: 100% PVC;
- Espessura: 8mm;
- Dimensões: Personalizado;
- Peso: 3,500 kg/m²
- Cores: à definir;
- Tipos de borda: Com borda
- **Referência:** Kapazi
- **Linha:** Cleankap

b) INSTRUÇÕES GERAIS:

- A base reforçada em PVC antiderrapante;
- Borda lisa de alta durabilidade, resistência e qualidade;
- Sem ondulações e rente ao chão;
- Deverá ter absorção da umidade;
- A estampa deverá ser digital de alta qualidade;
- Padrão gráfico à definir pela Fiscalização;
- O desenho, fonte e tamanho da letra serão definidos pela Coordenação de Infraestrutura – COINF/COGRL, quando oportuno.

c) CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.

d) SOLICITAR AMOSTRA DO MATERIAL.

- **ITEM 12:** Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm.

a) ESPECIFICAÇÕES:

- Placa de cimento moldado a úmido.
- Formato: 800x800mm
- Espessura: 24mm
- Módulo de Ruptura (N/mm²): 7,0 – NBR 16.416
- Carga de Ruptura (N): 2800 – NBR 16.416
- Coeficiente de Atrito, superfície seca: 0,80 – NBR 16.919
- Coeficiente de Atrito, superfície úmida: 0,60 – NBR 16.919
- Coeficiente de permeabilidade: $8,0 \times 10^{-3}$ m/s – NBR 16.416
- Local de uso: CL – Comercial Leve
- Junta Piso: 3 a 5mm
- **Marca: Portobello**
- **Linha: SIDEWALK OUT**
- **Cor: Graphite, Sand e Off White**

b) INSTRUÇÕES GERAIS:

- Seguir as especificações do fabricante para instalação correta do piso.

c) CONFERÊNCIA DAS MEDIDAS “IN LOCO”.

d) SOLICITAR AMOSTRA DO MATERIAL.

TABELA: Tabela com os quantitativos para licitação.

Item	Modelo/Referência	Unidade	Quantidade
01	Serviço de demolição de contrapiso e descarte de entulho.	m ²	8.000
02	Serviço de execução do contrapiso granular (farofa) com adição de vermiculita com regularização da superfície, espessura até 120mm.	m ²	8.000
03	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 600mm x 600mm. <ul style="list-style-type: none"> • Marca: Belgotex • Linha: Mineral/60 • Referência: Stone -101 Grey 	m ²	7.000
04	Serviço de remoção, descarte, fornecimento, regularização da base e instalação de placas modulares de material vinílico, modulação 1.219,20mm x 177,80mm. <ul style="list-style-type: none"> • Marca: Belgotex 	m ²	3.500

	<ul style="list-style-type: none"> • Linha: Rocky • Referência: 311 - Sanzio 		
05	Serviço de fornecimento e aplicação de Poliuretano (PU) selante empregado no acabamento da junta de dilatação garantindo sua eficácia.	m	600
06	Serviço de revitalização, restauração e polimento de revestimentos em mármore e granito.	m ²	2.000
07	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em placa 500x500mm. <ul style="list-style-type: none"> • Marca: Belgotex • Linha: Astral MB • Referência: cor a definir 	m ²	250
08	Serviço de fornecimento e instalação de carpete em rolo. <ul style="list-style-type: none"> • Marca: Belgotex • Linha: Astral • Referência: cor a definir 	m ²	1000
09	Serviço de fornecimento e instalação de piso elevado em placas.	m ²	300
10	Serviço de impermeabilização de piso vinílico.	m ²	10.500
11	Serviço confecção e instalação de capacho personalizado. <ul style="list-style-type: none"> • Referência: Kapazi • Linha: Cleankap 	m ²	50
12	Serviço de remoção, fornecimento e instalação de piso drenante, formato 800x800mm. <ul style="list-style-type: none"> • Marca: Portobello • Linha: SIDEWALK OUT • Cor: Graphite, Sand e Off White 	m ²	500

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº PROCESSO: 50000.010346/2025-51

OBJETO: Contratação de serviços de engenharia contínuos de manutenção de pisos, bem como remoção, fornecimento e descarte de material, para atender às necessidades dos Edifícios Sede e Anexos do Bloco "R", bem como do SGON I e II, todos localizado em Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES	1
SUMÁRIO	2
DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS	5
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	5
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	5
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	5
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	6
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	7
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	7
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS	8
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	9
7. CUSTOS DIRETOS	9
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	10
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	10
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI	11
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	12
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	12
13. PROJETO EXECUTIVO	13
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	13
15. VISTORIA	16
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	16
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO	16
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	16
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	17
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	18
21. DA SUSTENTABILIDADE	19

NOTAS EXPLICATIVAS	Erro! Indicador não definido.
1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	Erro! Indicador não definido.
1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia.....	Erro! Indicador não definido.
1.2. Classificação como serviço comum ou especial.....	Erro! Indicador não definido.
2. REGIMES DE EXECUÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
2.1. Empreitada por Preço Unitário	Erro! Indicador não definido.
2.2. Empreitada por Preço Global.....	Erro! Indicador não definido.
2.3. Empreitada Integral	Erro! Indicador não definido.
2.4. Contratação Por Tarefa	Erro! Indicador não definido.
2.5. Contratação Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.6. Contratação Semi-Integrada	Erro! Indicador não definido.
2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado	Erro! Indicador não definido.
2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes.....	Erro! Indicador não definido.
3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA	Erro! Indicador não definido.
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS	Erro! Indicador não definido.
7. CUSTOS DIRETOS	Erro! Indicador não definido.
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS.....	Erro! Indicador não definido.
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA	Erro! Indicador não definido.
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.	Erro! Indicador não definido.
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	Erro! Indicador não definido.
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Erro! Indicador não definido.
13. PROJETO EXECUTIVO	Erro! Indicador não definido.
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	Erro! Indicador não definido.
15. VISTORIA	Erro! Indicador não definido.
16. SUBCONTRATAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO ...	Erro! Indicador não definido.
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	Erro! Indicador não definido.
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	Erro! Indicador não definido.
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
21. DA SUSTENTABILIDADE	Erro! Indicador não definido.
21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade .	Erro! Indicador não definido.

21.2.	Da Especificação Técnica	Erro! Indicador não definido.
21.3.	Da Minimização do Impacto	Erro! Indicador não definido.
21.4.	Licenciamento Ambiental	Erro! Indicador não definido.
21.5.	Dos Resíduos e Rejeitos	Erro! Indicador não definido.
21.6.	Da Sustentabilidade como Política Transversal.....	Erro! Indicador não definido.
21.7.	Da Política Nacional de Resíduos Sólidos	Erro! Indicador não definido.
21.8.	Da Acessibilidade	Erro! Indicador não definido.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

De acordo com o Art. 6º, XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, os serviços a serem contratados se enquadram como serviços comum de engenharia, devido à sua natureza repetitiva, especificações claras e procedimentos padronizados, com execução de serviços técnicos especializados, preservando as características originais das edificações, permitindo que seja contratado com facilidade e com uma base de preço previsível.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Por fim, por se tratar de serviço comum de engenharia, será aplicada a modalidade pregão, conforme Art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a **justificativa** abaixo:

☒ empreitada por preço unitário

☐ empreitada por preço global

☐ empreitada integral

☐ contratação por tarefa

☐ contratação integrada

☐ contratação semi-integrada

☐ fornecimento e prestação de serviço associado

O regime de execução será empreitada por preço unitário, em que o preço é fixado por unidade determinada, os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados, de modo que os riscos dos CONTRATANTES em relação a diferenças de quantitativos são menores. A execução se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☐ DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico ☐ NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☐) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☐) RRT ou (☐) TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, (☐) **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☐) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☐) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

() utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

() contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(☒) foi/foram juntadas a(s) (☒) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(☒) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

() foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(☒) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do SINAPI, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**X**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**X**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**X**) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

() PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(**X**) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

Não haverá previsão de CFF, pois os serviços serão executados por meio de ordem de serviços.

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(**X**) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e (**X**) SERVIÇOS.

() NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos () SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência () DESONERADOS ou (**X**) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Risco: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

A contratação em tela se enquadra como contratação de serviços, e fornecimento de materiais, logo, foi utilizado o BDI sobre os custos dos serviços.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

() FOI juntado aos autos

(X) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

() DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(X) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA e/ou ao () CAU e/ou ao () CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

Considerando que os serviços objeto desta contratação devem observar as normas regulamentadoras aplicáveis, tais como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (NRs), conforme detalhado no subitem 7.9 a 7.12 do Estudo Técnico Preliminar, justifica-se a exigência de qualificação técnica específica das licitantes. Tal exigência tem por objetivo assegurar que as empresas participantes possuam a experiência e a capacitação necessárias para a execução dos serviços em estrita conformidade com os parâmetros legais e técnicos vigentes. Dessa forma, busca-se garantir a segurança dos trabalhadores, a qualidade dos serviços prestados e a plena observância das normas que regulam a atividade, prevenindo riscos e eventuais responsabilidades para a Administração Pública.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(X) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por Órgão da Administração Pública ou empresas públicas ou privadas, comprovando que a empresa tenha prestado serviço de fornecimento e instalação de pisos, com no mínimo 40% do quantitativo do total referente aos seguintes itens: 3, 4, 6, 8, 9 e 12 (40% para a cada item solicitado), conforme citados no subitem 1.1 do Termo de Referência.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Tal flexibilização se justifica pelo fato de que a execução dos serviços em contratos distintos, com escopos e características técnicas compatíveis, revela a real capacidade da empresa em atender à demanda contratual. Ao permitir o somatório, amplia-se a competitividade do certame, respeitando o princípio da isonomia, sem comprometer a aferição da qualificação técnica necessária para a execução adequada do objeto.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(☒) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☐) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

Para o cargo de _____: serviços de _____;

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Para o cargo de _____: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de _____ dos quantitativos licitados, para os serviços de _____;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (**X**) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

[Vide Nota Explicativa n. 15.](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (**X**) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Visto que os itens a serem contratados são parcelas de maior relevância, optou-se por não admitir subcontratação desta licitação.

[Vide Nota Explicativa n. 16.](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de (**X**) CAPITAL MÍNIMO ou () PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Quanto à qualificação econômico-financeira, verificou-se que o objeto da presente contratação demanda a adoção de critérios objetivos para aferição da capacidade da futura contratada de arcar com os encargos decorrentes da execução contratual. A exigência se fundamenta na necessidade de avaliar se a empresa participante possui estrutura financeira suficiente para honrar os compromissos assumidos, garantindo a continuidade e a adequada prestação dos serviços.

[Vide Nota Explicativa n. 17.](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

[Vide Nota Explicativa n. 18.](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

[Vide Nota Explicativa n. 19.](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A presente contratação envolve a prestação de serviços contínuos de engenharia, compreendendo a remoção, fornecimento e instalação de pisos, bem como o descarte ambientalmente adequado de resíduos, em edificações estratégicas para o funcionamento do Ministério dos Transportes, situadas em Brasília/DF.

Tais atividades demandam mobilização de recursos humanos e materiais em larga escala, além da observância de normas técnicas específicas, prazos rigorosos e padrões de qualidade, de forma a não comprometer a segurança, a salubridade e a funcionalidade dos ambientes institucionais.

Nesse contexto, a exigência de garantia contratual está amparada no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e visa resguardar o interesse público diante dos riscos inerentes à execução do contrato, especialmente considerando:

- a complexidade técnica dos serviços;
- o potencial impacto operacional em caso de inadimplemento;
- e a necessidade de continuidade dos serviços sem prejuízo ao órgão.

A garantia de execução proporciona à Administração um instrumento adicional de segurança, permitindo a cobertura de prejuízos decorrentes do descumprimento contratual e contribuindo para a seleção de fornecedores com maior solidez técnica e capacidade de assumir compromissos de longo prazo.

Assim, a exigência de garantia não apenas se justifica, como se mostra recomendável sob os princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade na gestão pública, nos moldes do art. 5º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

[Vide Nota Explicativa n. 20.](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial


() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(**X**) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 21.](#)

Documento assinado digitalmente
 ANA LUIZA DE MELO MAGALHAES
Data: 04/08/2025 11:59:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Assinado eletronicamente)
ANA LUIZA DE MELO MAGALHÃES
Integrante Requisitante



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
(IMR)**

INDICADORES	
Qualidade dos serviços prestados e atendimento de regras contratuais	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços contratados com qualidade e pontualidade.
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados e dos materiais recebidos, adequados ao padrão de qualidade e ao prazo definido citado no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Planilha de mensuração dos serviços executados, conforme planilha a ser desenvolvida internamente pelo Setor Requisitante.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle interna do Setor Requisitante.
Periodicidade	Não se aplica.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data de início da execução dos serviços. Será formalizada no 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do Termo de Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências = 85% da meta = recebimento 85% da fatura.
Sanção	A verificação de 13 (treze) ou mais ocorrências caracterizará inexecução parcial ou total do objeto do contrato, ficando a contratada sujeita à aplicação das as sanções previstas no Termo de Referência.

AValiação		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS
1	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessárias.	-
2	Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, necessários para a execução dos serviços, conforme condições previstas em Edital.	-
3	Atraso para início da prestação do serviço, sem a devida justificativa e anuência da FISCALIZAÇÃO.	-
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal, comprometendo a execução.	-

5	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências dos postos de trabalho, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas.	-
6	Tratamento inadequado com o público.	-
7	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, uniforme ou fornecer diferente das especificações ou não substituir quando necessário.	-
8	Ausência de itens de equipamento de proteção individual (EPI).	-
9	Não utilização de crachá de identificação da empresa.	-
10	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados, conforme previstos em Edital.	-
11	Não corrigir os serviços no prazo determinado pela FISCALIZAÇÃO.	-
12	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada em Edital.	-
13	Deixar de recolher o lixo e limpar a área de execução dos serviços.	-
14	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório. (Por verificação mensal, quando da medição dos serviços).	-



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Declaração de Vistoria

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório do MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT, que o responsável indicado pela empresa, cujos dados estão informados abaixo, vistoriou nesta data as dependências do MT situadas no Setor de Expansão dos Ministérios Norte, Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios - Bloco "A e B"; a Coordenação de Infraestrutura - (COINF) - Térreo Ala Oeste - Brasília - DF, sala nº 04 onde tomou conhecimento dos locais, em geral, área externa e instalações, nos quais se desenvolverão os serviços e esclareceu todas as dúvidas, de forma a subsidiar a formulação de sua proposta, estando ciente de todas as situações inerentes à prestação dos serviços objeto desta Licitação, tendo aceitado as condições existentes, dando ciência do estado de conservação em que se encontram e assumindo a execução das mesmas a partir do início da prestação dos serviços, não podendo alegar desconhecimento de qualquer dificuldade encontrada futuramente.

Responsável:

Documento de Identificação:

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Brasilia-DF / /

Assinatura do Representante - Órgão

Assinatura do Representante - Empresa